

15 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Caso Gálatas tem audiência após afastamento de juíza

Vinicius Zanin

Reportagem Local

Foi realizada ontem a primeira audiência do caso Gálatas após o afastamento da juíza da 3ª Vara Criminal de Londrina, Oneide Negrão. A audiência faz parte da ação criminal em que 15 pessoas são acusadas pelo Ministério Público (MP) de corrupção, falsidade ideológica, formação de quadrilha e peculato, crimes que teriam resultado no desvio de R\$ 318 mil do dinheiro repassado pelo município ao Instituto Gálatas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que executava o Programa Saúde de Família em Londrina. A juíza foi responsável pela conclusão da primeira fase do processo, quando foram ouvidas as 20 testemunhas de acusação arroladas pelo MP. O juiz substituto Juliano Nanuncio é quem assumiu os trabalhos. Agora o processo está na fase da defesa dos acusados.

O juiz declarou que ontem foram ouvidas três testemunhas convocadas pela defesa, mas que outros depoimentos não aconteceram. "Algumas testemunhas não foram encontradas para a intimação. Não houve desistência na oitiva por parte da defesa e eles pediram prazo para que possa apresentar novo endereço dessas tes-

temunhas. Foi concedido o prazo de 5 dias", afirma.

Nanuncio afirmou que ainda não há previsão de quando será agendada a próxima audiência. "Existe a solicitação para a devolução de algumas cartas precatórias. São testemunhas que vão ser ouvidas por juízes de outras comarcas e nós precisamos

desses depoimentos. Na sequência vai ser, em breve, designada uma nova audiência para ouvir essas testemunhas remanescentes e, se possível, na mesma audiência, realizar o interrogatório de todos os réus. A minha intenção é que na próxima audiência a gente tente terminar essa instrução", revelou.

O juiz ressaltou que não assumiu apenas esta ação e que, em virtude do afastamento da juíza, está atendendo a todas as demandas da 3ª Vara Criminal. No entanto, Nanuncio diz acreditar que a substituição do magistrado não deve atrapalhar a conclusão dos trabalhos. "Não atrapalha em nada o andamento. O feito tem seguido rapidamente e vai continuar no mesmo ritmo. Não vai haver nenhum prejuízo", garante. Desde terça-feira, a juíza está preventivamente longe das funções por decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Ela responderia a um processo disciplinar.

Juiz substituto assume a fase de defesa dos acusados

FOLHA DE LONDRINA

Entidades 15 SET 2011 podem receber recursos de Vara Criminal

Inscrições devem ser feitas até dia 30 deste mês;
serão destinados até R\$ 15 mil para cada instituição

As instituições filantrópicas públicas e privadas de Londrina e região que queiram receber recursos para financiamento de projetos sociais têm até o dia 30 deste mês para se inscrever junto à Vara Federal Criminal - Subseção Judiciária de Londrina e apresentar a documentação necessária. Poderão concorrer apenas as instituições de municípios pertencentes a essa subseção.

Serão destinados até R\$ 15 mil para cada instituição e os recursos são oriundos de penas de pagamento de valores. As instituições podem atender tanto crianças e adolescentes quanto idosos ou pessoas com deficiência.

Os projetos podem ser tanto para aquisição de bens móveis, prestação de serviços de confecção, construção, reforma e manutenção de bens móveis e imóveis. O diretor de secretaria da Vara Federal Criminal de Londrina, Paulo Sérgio Sanches, explica que para ser beneficiada a instituição obrigatoriamente tem que ser certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e ser declarada de utilidade pública pelo Município ou Estado.

"As verbas são distribuídas a critério do juiz, quando este entende que o valor poderá atender a um certo número de entidades. A última destinação

foi feita no final do ano de 2009 e foram beneficiadas 32 instituições", explica.

Uma destas instituições foi a Associação 'Faça uma criança feliz', fundada em 2000, que atende aproximadamente 200 crianças de 0 a 5 anos nos centros de educação Criança Feliz, no Jardim Paraíso, e Santa Teresinha do Menino Jesus, localizada no Conjunto José Giordano (ambas na Zona Norte). A entidade também é responsável pelo atendimento de cerca de 100 jovens em situação de vulnerabilidade social, de 10 a 17 anos, no Conjunto Farid Libos (Zona Norte). Na unidade, os jovens realizam atividades educativas e profissionalizantes das 7h às 17h30.

A administradora dos recursos da associação, Valdete Pires Cardia, explica que a verba recebida pela Justiça o foi aplicada na ampliação de 113 metros quadrados da creche Santa Teresinha, que hoje conta com uma nova brinquedoteca, um refeitório, uma cozinha e duas salas de aulas para os prês 1 e 2. Além da construção de um muro e um solário, na creche Criança Feliz.

"Somente com o auxílio da prefeitura nós não estávamos conseguindo manter as instituições e ampliar o atendi-

to. Para ter um ideia da carência da Região Norte nesse tipo de atendimento, que possibilita que crianças e jovens realizem atividades de aprendizagem e diversão, somente para as duas creches estamos com uma fila de espera de aproximadamente 200 crianças", enfatiza Valdete.

"Esperamos que nossa associação seja contemplada mais uma vez com este auxílio neste ano, porque pretendemos construir um playground e uma horta para melhorar o atendimento das crianças", diz a administradora, complementando que já realizou a inscrição para concorrer ao auxílio.

A associação conta hoje com uma equipe de 34 profissionais, entre professores, auxiliares de limpeza, cozinheiras, auxiliares de cozinha e assistente social.

SERVIÇO

● Para mais informações e solicitar a lista de documentos necessários as entidades podem escrever para o e-mail prloncr01@jfpr.jus.br ou ligar para (43) 3325-7414, ramal 244. Os projetos devem ser entregues pessoalmente ou via Correios.

FOLHA DE LONDRINA

'Anulação de provas não prejudica CPI dos Portos'

5 SET 2011

Para presidente da comissão, Douglas Fabrício, provas anuladas pela Justiça representam apenas parte das investigações no Legislativo

Curitiba - A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Paraná que investiga irregularidades no Porto de Paranaguá vai começar a ouvir possíveis envolvidos nos esquemas de desvio de carga e lavagem de dinheiro em, no máximo, duas semanas. Para o presidente da CPI, deputado Douglas Fabrício (PPS), a anulação de provas da Operação Dallas (deflagrada em janeiro pela Polícia Federal) pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) não vai prejudicar o andamento dos trabalhos dentro da Casa.

A ideia é que as oitivas da CPI possam começar na semana que vem, mas Douglas Fabrício prevê que o cronograma pode demorar um pouco mais. A lista de quem será ouvido ainda não foi fechada, mas os principais investigados, como os ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião - irmão do senador Roberto Requião (PMDB) - devem ser os últimos a serem chamados. O

atual superintendente, Airton Máron, também será convidado a comparecer. "Vamos primeiro convidar as pessoas que achamos relevantes para as investigações. Caso não compareçam, podemos convocá-las", avisa o presidente da CPI.

Nesta semana, os deputados aprovaram a prorrogação dos trabalhos da CPI por mais dois meses. De acordo com Douglas Fabrício, a documentação da Operação Dallas é apenas parte dos trabalhos da comissão parlamentar. "A questão do TRF4 é muito mais técnica, não exclui as irregularidades. Vamos chamar os responsáveis para explicar publicamente como é que o porto se tornou um dos piores do País nos últimos anos", afirma.

A 7ª Turma do TRF4 concedeu, na última terça-feira, habeas corpus à defesa de quatro investigados na Operação Dallas e declarou nulas as provas obtidas por meio de interceptações telefônicas e de e-mails, além dos indícios obtidos durante os mandados de busca e apreensão. Além

de desvio de carga e lavagem de dinheiro, a Operação Dallas apontou crimes de formação de quadrilha e fraude em licitações funcionando dentro do porto.

O relator da decisão, desembargador federal Néfi Cordeiro, entendeu que a Vara Federal Criminal de Paranaguá não tinha competência para autorizar a investigação e deveria ter transferido para a vara especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional - no caso, a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba - a responsabilidade pelas autorizações para a captação de provas pela polícia. O habeas foi impetrado pela defesa dos investigados Anderson Fumagalli, Fabrício Slaviero Fumagalli, Paulo Cezar de Souza Vilela e Washington Viana e Silva.

15 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Substituto de Ellen Gracie assume em 5 dias

A presidente Dilma Rousseff disse ontem que o nome escolhido para substituir a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie deve ser anunciado dentro de cinco dias. Dilma conversou com a imprensa antes de discursar em evento sobre gestão de compras governamentais em Brasília. Dilma não respondeu se será escolhida uma mulher para a vaga deixada por Ellen Gracie. A aposentadoria da ex-ministra foi publicada no início de agosto no Diário Oficial da União.

15 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Discriminação racial é alvo de denúncia

Paula Costa Bonini
Reportagem Local

Apucarana - Um susposto caso de discriminação racial contra uma garota de 11 anos em uma escola estadual de Apucarana (Norte) será investigado pela Coordenadoria de Articulação da Consciência Negra. Segundo Paulo Sérgio Rodrigues Pesce, coordenador da Articulação, a situação foi confirmada.

"A família está sofrendo e a garota chorou bastante quando conversamos. Há um bom tempo ela era alvo de discriminação racial", afirmou. As brincadeiras de mau gosto, de acordo com o coordenador, começaram na escola e depois passaram a acontecer na rua. Ele acrescentou que a menina deverá receber acompanhamento psicológico gratuito. "Queremos que o Estado financie esse tratamento", disse.

Segundo Pesce, "a discrimi-

nação acontece com frequência em todo lugar, mas não é comum a concretização de uma denúncia." Em busca de uma solução para o problema, representantes do Núcleo Regional de Educação, Movimento Apucararense da Consciência Negra (Macone), Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros órgãos, vão se reunir amanhã na Prefeitura de Apucarana.

"Vamos estabelecer algumas ações durante o

encontro. Devemos buscar uma forma educativa para lidar com a questão. Temos que levar palestras, filmes e discussões sobre a diversidade racial para dentro das escolas", sugeriu.

A reportagem tentou contato com o Núcleo de Educação de Apucarana, mas não obteve êxito. A assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Educação disse que vai se manifestar hoje sobre o caso.

**Vítima é
uma menina
de apenas
11 anos**

FOLHA DE LONDRINA

Marcos Valério é condenado por informações falsas

15 SET 2011

São Paulo - A Justiça Federal de Minas Gerais condenou o publicitário Marcos Valério por prestar informações falsas ao Banco Central. O delito está previsto em uma lei de 1986 que trata dos crimes financeiros.

Também foi condenado o ex-sócio de Valério na SMP&B Cristiano Paz. Segundo a sentença, eles prestaram declarações falsas em 1999 sobre as operações e situação financeira da agência no Banco Rural. Os dois alteraram o capital da SMP&B de R\$ 150 mil para R\$ 4,5 milhões.

A alteração fez com que Valério e Paz conseguissem justificar depósitos irregulares na conta e não levantar suspeita na fiscalização do Banco Central.

Para o juiz Leonardo Augusto de Almeida Aguiar, da 4ª Vara Federal de Minas Gerais, a mudança ajudou a encobrir de 1999 a 2005 um esquema que ficou conhecido durante o escândalo do mensalão.

A decisão é do dia 1ª de setembro e foi divulgada semana passada. A pena determinada para Valério foi de seis anos e dois meses de prisão. Para Cristiano Paz, foi de quatro anos e oito meses. As defesas dos dois negam as acusações e dizem que já recorreram ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília).

FOLHA DE LONDRINA

Mais presos são transferidos da Casa de Custódia

Maringá - A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) transferiu ontem mais 80 presos da Casa de Custódia de Maringá para o Centro de Operações e Triagem (COT), em Curitiba. Nos próximos dias, eles serão encaminhados para unidades prisionais do Estado. Ainda ontem, a Seju remanejou 117 detentos do regime semiaberto e 60 do regime fechado para a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM).

Com isso, o número de presos transferidos da Casa de Custódia após a rebelião, que terminou anteontem, sobe para 280. Vinte e três foram remanejados no mesmo dia.

A assessoria de imprensa do Seju informou que os danos causados pelos internos durante a rebelião já começaram a ser reparados. Segundo o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), cerca de 80% das camas, colchões e portas das 150 celas da Casa de Custódia foram destruídas na rebelião.

15 SET 2011

Voltou atrás **INFORME**

Depois de negar acesso a documentos oficiais da Câmara de Vereadores de Curitiba aos parlamentares da bancada de oposição, o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB) mudou de ideia e emitiu uma nota de esclarecimento ontem. Pela nota, Derosso diz que os documentos contábeis referentes aos contratos de publicidade firmados com as empresas Visão Publicidade e Oficina da Notícia estão a disposição dos vereadores, do Conselho de Ética e da Comissão Parlamentar de Inquérito. A Oficina da Notícia é de propriedade da esposa de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes, e firmou contrato e aditivos com a Câmara pelo período de cinco anos. Além das investigações internas abertas na Câmara, tramita um inquérito sobre o assunto no Ministério Público do Paraná e uma auditoria no Tribunal de Contas do Estado.

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

Polícia investiga só sete em cada 100 boletins de ocorrência no PR

Apenas 6,7% das queixas feitas nas delegacias do estado entre 2006 e 2010 se transformaram em inquéritos

PONTAGROSSA

Diego Antonelli,
especial para a Gazeta do Povo

■ Números estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) comprovam uma percepção comum entre a população. A maioria dos crimes registrados não é efetivamente investigada pela polícia no Paraná. Entre 2006 e 2010, apenas 6,7% dos boletins de ocorrência (B.O.s) computados no estado resultaram em inquérito policial — o equivalente a 296 mil em um universo de 4,4 milhões de queixas. O motivo do problema já é conhecido: faltam policiais civis para dar vazão à demanda por investigação.

Nem todo boletim de ocorrência tem a obrigação de virar inquérito policial. Em média, 30% dos B.O.s correspondem a extravios de documentos e objetos eletrônicos, que não configuram crimes. Mesmo assim, sobram, nesses cinco anos, 3 milhões de boletins que, em tese, deveriam ter recebido a atenção

da polícia. “Sabemos que o número de inquéritos instaurados não é o ideal. Mas nem todo B.O. obrigatoriamente vira inquérito. É necessário que se tenha a configuração de crime”, explica o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César.

Seleção de crimes

Segundo a Sesp, faltam delegados de polícia em 270 das 399 cidades paranaenses. A delegada Valéria Padovani, que atua na região dos Campos Gerais, revela que, devido ao baixo número de delegados e também de investigadores, é necessário fazer uma seleção de quais crimes serão desvendados. “Não há condição humana para apurar todos os boletins de ocorrência. Temos de selecionar quais têm maior relevância, como homicídios, latrocínios e roubos”, ressalta.

O pedreiro Rosmei da Luz Ribeiro, 38 anos, foi assaltado há seis meses. Ele registrou um B.O., mas até hoje não conseguiu recuperar seus documentos. “Os bandidos me levaram dinheiro e toda minha documentação. Fiz B.O. uma vez e até agora nada”, conta. Na semana passada, ele foi novamente ao 2.º Distrito Policial, em Ponta Grossa, para fazer um novo boletim na esperança de que a queixa fosse averiguada. “Mas é difícil a polícia descobrir os autores do crime. Faço o B.O. mais por descargo de consciência”, reconhece.

O mesmo pensa o comerciante Rosaldo Felipe da Silva, 40 anos. Ele diz estar sofrendo ameaças de morte há duas semanas. “Estou com medo. Vim para registrar o boletim para ver se a polícia consegue me dar uma proteção”, diz, mesmo ciente de que isso não é tão simples. “Queria que esse desejo fosse possível na prática.”

Volume de trabalho

“Em tese, toda denúncia de crime deveria resultar em investigação. Mas é impossível apurar todos os casos com o baixo número de delegados e de investigadores existentes em todo o Paraná. O volume de trabalho é grande e a falta de policiais é elevado”, destaca o presidente da Comissão de Advocacia Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Paraná, Jacinto de Miranda Coutinho.

O delegado Maurício Souza da Luz, que recebe por dia uma média de 30 boletins de ocorrência em Ponta Grossa, concorda que a carga de trabalho é muito elevada. “Não é possível dar conta de tudo. É muito trabalho para apenas uma pessoa”, diz.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONA

A Delegacia Eletrônica do Paraná começou a funcionar no último dia 1º, recebendo queixas sobre extravio de documentos e eletrônicos. Veja como fazer a ocorrência (B.O.) na internet:

1º passo Entre no site www.delegaciaeletronica.pr.gov.br Escolha o tipo de B.O. que você deseja fazer: B.O. de extravio ou denúncia. Se você perdeu três documentos, todos podem ser registrados em um único B.O.. O IP de seu computador fica automaticamente registrado. Caso haja uma comunicação falsa de crime, esta será investigada com possibilidade de a pessoa cumprir pena de até um ano de detenção mais multa.

2º passo Escolha entre as três opções: documentos, aparelhos eletrônicos ou financeiros extraviados. É possível fazer o registro de mais de um objeto perdido.

3º passo Comunicação da ocorrência. Neste espaço a pessoa **descreve como ocorreu a perda do(s) objeto(s)**, com suas próprias palavras. Depois é só salvar.

4º passo Ao terminar o B.O., você **receberá no seu e-mail** (o informado nos dados cadastrais) o **número do boletim**, o ano e o protocolo. Com os dados em mãos, **acesse novamente a página** www.delegaciaeletronica.pr.gov.br e vá até a opção Impressão de boletim de Ocorrência Online. **Digite ali o número do boletim**, o ano e o protocolo recebido por e-mail. **Imprima.**

- ▶ Se necessário, um policial entrará em contato. Caso contrário, o boletim já está válido.
- ▶ Se você registrou um B.O. de extravio de documentos e depois os encontrou, não é necessário comunicar a polícia.

15 SET 2011

É IMPORTANTE SABER

Para registrar o B.O. é preciso um e-mail. Se não tiver, indique o de uma pessoa de sua confiança. Veja outras informações que são importantes:

Registros possíveis no Paraná:

- Comunicação de extravio (perda) de documentos (RG, CPF, CNH, certidões), objetos, aparelhos eletrônicos e financeiros (cartões de crédito, cheques e dinheiro).
- Denúncias (anônimas ou identificadas para aviso sobre a investigação)

Possíveis casos de recusa:

- Documentos que não coincidem com os informados aos órgãos competentes
- Quando a natureza do B.O. não pode ser atendida pela internet. Neste caso, siga as orientações dadas por e-mail e se ainda tiver dúvidas entre em contato com a delegacia pelo e-mail delegaciaeletronica@pc.pr.gov.br

ATENÇÃO: furtos e roubos em geral e B.Os para acidentes de carros (com ou sem vítimas), entre outros, ainda **não estão disponíveis no site.**

“Em crimes de natureza privada, temos de ter a anuência da vítima. Se ela não colabora, não temos como investigar.”

Valéria Padovani, delegada-chefe da 13ª Subdivisão Policial.

CONTINUA

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Em tese, toda denúncia de crime deveria resultar em investigação. Mas o baixo número de policiais impede esse trabalho.”

Jacinto Coutinho, presidente da Comissão de Advocacia Criminal da OAB.

PASSO A PASSO

Veja os procedimentos para prestar uma queixa na polícia:

1 Em caso de crime, a pessoa deve se dirigir a uma delegacia de polícia e formalizar a queixa, fazendo o Boletim de Ocorrência (B.O.). Se a Polícia Militar tiver atendido o chamado, os próprios PMs devem fazer o B.O.

2 Na delegacia, a vítima assina um documento no qual afirma que o fato denunciado é verdadeiro. Em caso de agressão, ela é encaminhada ao Instituto Médico-Legal para fazer exame de corpo delíto.

3 Uma central da polícia deve distribuir os boletins para as autoridades competentes. Por exemplo, crimes envolvendo adolescentes vão para os delegados da área; assassinatos para a Delegacia de Homicídios; furtos e roubos para a delegacia do setor; e assim por diante.

4 Feito isso, os delegados analisam as denúncias e abrem um inquérito para começar a investigar o caso.

CONTINUA

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Falta de confiança no trabalho policial causa subnotificação de crimes

Apesar de alto, o número total de boletins de ocorrência feitos no Paraná desde 2006 (4,4 milhões) não reflete com exatidão a quantidade de crimes praticados no mesmo período. Isso ocorre por causa da subnotificação, segundo o presidente da Comissão de Advocacia Criminal da OAB Paraná, Jacinto de Miranda Coutinho.

Ele acredita que mais da metade dos delitos nem chega ao conhecimento da polícia justamente por causa da desconfiança da população de que o crime será investigado. "O povo tem receio de ir fazer o B.O. Há uma descrença muito grande da sociedade, que não acredita mais que a polícia irá resolver seus problemas. Existem muito crimes que estão no chamado 'número escuro' da criminalidade", explica.

O especialista aponta também o medo como outro fator que impede a oficialização da queixa. Coutinho diz que muitos desistem

pelo receio de sofrer uma retaliação do próprio bandido. "Sem falar que quando você se propõe a fazer uma denúncia, será obrigado a prestar depoimentos. E, às vezes, a pessoa não quer se incomodar, já que pode ter que faltar ao emprego e o patrão nem sempre entende essas questões", afirma.

Autorização

A delegada-chefe da 13.^a Subdivisão Policial, Valéria Padovani, lamenta que algumas pessoas desistam de procurar a polícia e não prossigam com a denúncia.

Ela explica que em determinadas circunstâncias é necessário que a vítima autorize a investigação do crime para que seja aberto um inquérito. "Em crimes de natureza privada, [quando a denúncia] não é proposta pelo Ministério Público, temos de ter a anuência da vítima. Se a vítima não colabora, não temos como investigar", salienta. (DA)

INVESTIGAÇÃO PRECÁRIA

Em cinco anos, apenas 296 mil de 4,4 milhões de boletins de ocorrências registrados no Paraná se tornaram inquéritos.

ano	BOs	Inquéritos	% de BOs que viraram Inquéritos
2006	423.675	46.346	10,9
2007	941.015	57.750	6,1
2008	967.543	54.341	5,6
2009	1.064.543	66.495	6,2
2010	1.007.309	71.452	7,1

GAZETA DO POVO

Em 2012, 15 SET 2011

Legislativo e Judiciário não terão reajuste, diz ministra

Segundo Miriam Belchior, do Planejamento, governo prevê ano difícil e decide usar recursos disponíveis em investimentos

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reafirmou ontem que o governo federal não trabalha com reajustes salariais para o Judiciário e o Legislativo em 2012. Miriam Belchior enfatizou que, num cenário econômico que deve ser adverso, em razão da crise econômica mundial, o governo optou por priorizar investimentos e geração de emprego em renda. Por isso, não incluiu reajustes ao funcionalismo, destacando que só no caso do Judiciário e do Ministério Público o impacto anual seria de R\$ 7,7 bilhões.

“O governo não mandará mensagem modificativa [ao orçamento], mas não se furtará ao diálogo. A proposta orçamentária foi feita num momento não tão claro de

retomada da crise econômica mundial. Os problemas e efeitos da crise na nossa economia não estavam tão claros”, disse. “A preocupação com o equilíbrio das contas e com a economia deve ser de todos os brasileiros, de todos os Poderes”, afirmou.

A ministra respondia a pergunta feita pelo relator da proposta de lei orçamentária de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que indagou se o Executivo pretendia mandar uma mensagem modificativa, incluindo a previsão de reajuste para o Judiciário e o Legislativo. Chinaglia enfatizou que além de não prever aumento para os dois poderes, no caso do Executivo, há previsão de apenas R\$ 1,6 bilhão, numa folha de cerca de R\$ 200 bilhões.

O relator enfatizou que vem recebendo e-mails e manifestações de várias categorias. “Farei o debate permanente, mas não prometerei o que não puder cumprir”, disse o relator, depois de pedir que a ministra explicasse o porquê da não previsão de reajustes ao funcionalismo.

Protesto

Funcionários da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das

Universidades Brasileiras (Fasubra) tentaram invadir a comissão da Câmara dos Deputados onde a ministra falava com parlamentares. Os manifestantes entraram em confronto com seguranças da Casa, que bloquearam a entrada do grupo no plenário.

A Fasubra reivindicou reunião com a ministra Belchior para que o aumento salarial da classe esteja previsto no orçamento do próximo ano. Os manifestantes afirmaram que Duvanier Paiva, secretário de recursos humanos do Planejamento, descartou a possibilidade de aumento antes de 2013.

A federação está em greve há mais de 100 dias. O piso dos funcionários da Fasubra é de aproximadamente R\$ 1.035. O objetivo é atingir valor equivalente a três salários mínimos — cerca de R\$ 1.635.

“Há 102 dias estamos em greve e a ministra se recusa a negociar”, afirmou um dos coordenadores gerais da federação, Rolando Rubens. Segundo o coordenador, os funcionários não foram à Câmara com o propósito de chamar a atenção da ministra Belchior.

Os funcionários estiveram no local para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei 1.749 — que trata da criação de uma empresa pública para administrar hospitais universitários no país, atualmente sob a responsabilidade das universidades.

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

MP usará “arma” que anulou a Operação Dallas para revalidá-la

**“O juízo de Paranaguá
tinha absoluta
competência para
conduzir o inquérito.”**

Douglas Fischer, procurador da República.

Procuradoria vai alegar que defesa de acusados ingressou com recurso em juízo que não tinha competência para anular provas colhidas

Karlos Kohlbach

■ A Procuradoria Regional da República da 4.^a Região vai recorrer à Justiça para garantir que as provas obtidas pela Polícia Federal (PF) na Operação Dallas não percam a validade. E, para isso, usará as mesmas “armas” que foram usadas pelos investigados que conseguiram anular as provas: irá alegar que a defesa recorreu a um juízo incompetente para anular os dados colhidos na investigação.

A operação da PF prendeu dez pessoas em janeiro deste ano acusadas de envolvimento em supostas fraudes cometidas no porto de Paranaguá. Mas a 7.^a turma do Tribunal Regional Federal (TRF4) tornou sem efeito jurídico as escutas, interceptação de e-mails e os documentos apreendidos na operação.

Entre os crimes investigados no Porto estavam o desvio de cargas a granel, favorecimento de empresas responsáveis pela retirada de resíduos do terminal portuário, além dos crimes de corrupção ativa e passiva, desvio de dinheiro público, superfaturamento, fraude em licitação e formação de quadrilha. Segundo estimativa da Receita Federal à época, apenas os desvios de carga podem ter lesado os cofres públicos em até R\$ 8,5 milhões.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 SET 2011

Na última terça, o TRF4 decidiu que a vara Federal de Paranaguá era incompetente para autorizar escutas telefônicas na investigação. O procurador Douglas Fischer disse ontem por telefone que vai usar a mesma tese para recorrer da decisão: vai alegar a incompetência da 7.ª turma do tribunal para julgar o caso. Fischer só aguarda a publicação do acórdão para protocolar o recurso.

Para o procurador, o juiz de Paranaguá e o MPF, que atuaram na Operação Dallas, agiram de forma “legítima e cónsoante com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) — ao contrário do que entenderam os desembargadores da 7.ª turma”. Caso a nulidade das provas seja mantida, Fischer deve ingressar com mandado de segurança no STF para garantir a continuidade das investigações.

Ontem por telefone, o procurador explicou que a competência para julgar ações sobre a Operação Dallas seria da 8.ª turma do TRF4, pois o desembargador Paulo Afonso Brum Vaz, membro desta turma, julgou em janeiro deste ano um pedido de habeas corpus do ex-superintendente da Administração do Porto de Paranaguá e Antonina (Appa), Daniel Lúcio de Oliveira. Desta forma, a competência para julgar casos relacionados à Operação Dallas seria da 8.ª turma pelo critério jurídico da prevenção (o juiz que primeiro atua na causa até o final).

Todas as decisões judiciais que deflagaram a operação Dallas partiram do juiz federal Marcos Josegry da Silva, da Vara Federal de Paranaguá. Mas os desembargadores da 7.ª turma do TRF4 entenderam que,

pela natureza das irregularidades, principalmente a suposta lavagem de dinheiro, a competência para autorizar a investigação seria das varas especializadas em Crimes contra o Sistema Financeiro, da Justiça Federal de Curitiba.

Para o procurador Fischer, no entanto, a decisão que declara a nulidade das provas afronta entendimento do STF tendo em vista que, durante a investigação, havia apenas suspeita de crime de lavagem de dinheiro, considerado crime contra o sistema financeiro. “O juiz de Paranaguá tinha absoluta competência para conduzir o inquérito”, disse.

Se os argumentos do procurador forem aceitos pela turma recursal do TRF4, as provas obtidas com escutas telefônicas autorizadas pela Justiça serão revalidadas. Fato que por si só não garante a continuidade dos inquéritos, explica Fischer, pois o habeas corpus que anulou as provas teria que ser apreciado novamente pela 8.ª turma.

Procurado pela **Gazeta do Povo**, o advogado Juliano Breda, que obteve a anulação das provas, disse que só vai se manifestar depois de analisar o recurso.

CONTINUA

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ações da PF são anuladas pela Justiça com frequência

❖ Não é regra, mas são cada vez mais frequentes casos de grandes operações da Polícia Federal (PF) que são desarticuladas por decisões do Poder Judiciário. E uma das causas pode ser justamente a legislação brasileira — mais especificamente a harmonia existente entre o Código de Processo Civil (CPP), que é de 1941, e as normas e leis atuais.

A operação Castelo de Areia ruiu este ano depois que Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegais todas as provas obtidas a partir da quebra do sigilo de dados telefônicos. A Operação foi deflagrada em 2009 para investigar supostos crimes envolvendo a construtora Camargo Corrêa.

Nesta terça-feira, o Ministério Público Federal (MPF) e a PF do Paraná viram parte da Operação Dallas, que investigou irregularidades no

Porto de Paranaguá, também desmoronar por causa de uma decisão judicial.

Tentar anular os efeitos de uma operação policial é uma rotina entre os advogados criminalistas. E faz parte do jogo. O jurista e constitucionalista Luiz Roberto Barroso acredita que “é normal e compreensível que advogados criminais explorem aspectos relacionados aos vícios formais de um processo”. Mas, ao mesmo tempo, ele entende que há casos de abuso por parte da autoridade que investiga, principalmente nas questões relacionadas a interceptações telefônicas.

Tendo no currículo grandes operações contra o narcotráfico, como a Fênix, que resultou na maior condenação do traficante Fernandinho Beira-Mar, o delegado regional de investigação e combate ao crime organi-

zado da PF do Paraná, Wágner Mesquita de Oliveira, acredita que ainda são exceções casos como a Castelo de Areia e a Dallas.

Para ele, as técnicas utilizadas pela PF são todas acompanhadas de perto pela Justiça de 1.º grau e pelo MPF. Oliveira diz que, quando o caso chega na segunda instância, o magistrado está distante dos fatos — e por isso passa a fazer a interpretação jurídica.

Três motivos

O procurador regional da República em Salvador, Vladimir Aras, enumera três motivos pelos quais grandes operações da PF são desconfiguradas quando são questionadas na Justiça: “O emaranhado legislativo criado com sucessivas normas e leis defasadas; a sensibilidade de certos tribunais a teses processuais de violação do processo legal; e, por último, a existência de profissionais que exorbitam suas funções”.

Tanto Mesquita quanto Aras, que já foi procurador no Paraná e atuou nas investigações sobre evasão de divisas por meio das contas CC5 do Banestado, dizem ser mais que necessária uma reforma legislativa para harmonizar as novas leis com o CPP. (KK)

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Quem disse que Dudu está livre?

Os ex-superintendentes do Porto de Paranaguá Eduardo Requião, o Dudu, e Daniel de Souza ainda vão ter de penar muito para se livrar das acusações que pesam contra eles — e contra outros diretores e funcionários da autarquia — no âmbito da Operação Dallas. A recente decisão do Tribunal Regional Federal (TRF), de Porto Alegre, que considerou nulas as provas obtidas contra os implicados no inquérito, beneficia apenas uma das partes arroladas — os diretores da Companhia Brasileira de Logística (CBL), uma empresa privada acusada de desvio de cargas.

Se quiserem se beneficiar da mesma medida (um habeas corpus) que favoreceu os empresários, Eduardo Requião e Daniel de Souza terão de seguir trâmites processuais próprios — isto é,

terão também de recorrer ao TRF. Os ex-superintendentes são acusados de crimes de fraude na licitação para compra de uma draga chinesa para a Appa e de desvio de verbas públicas mediante contratos emergenciais para realização de estudos ambientais.

Foram consideradas nulas as provas obtidas por meio de interceptação telefônica e de e-mails no caso específico das que pesam contra a CBL — e a nulidade, segundo o voto proferido pelo desembargador federal Néfi Cordeiro, se deveu unicamente ao entendimento de que o juiz de Paranaguá que autorizou as escutas não teria competência para tal. A competência seria das varas especializadas da Justiça Federal de Curitiba. A formalidade, no entanto, não é suficiente para declarar os ex-dirigentes da Appa como inocentes.

E aí entra também outro detalhe importante nessa história: as investigações policiais da Operação Dallas que apuraram os crimes foram desmembradas em dois inquéritos — um, envolvendo a CBL por crime tributário, e o outro, a atuação dos ex-superintendentes por formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. Foi apenas no âmbito do primeiro que se deu a concessão do habeas corpus.

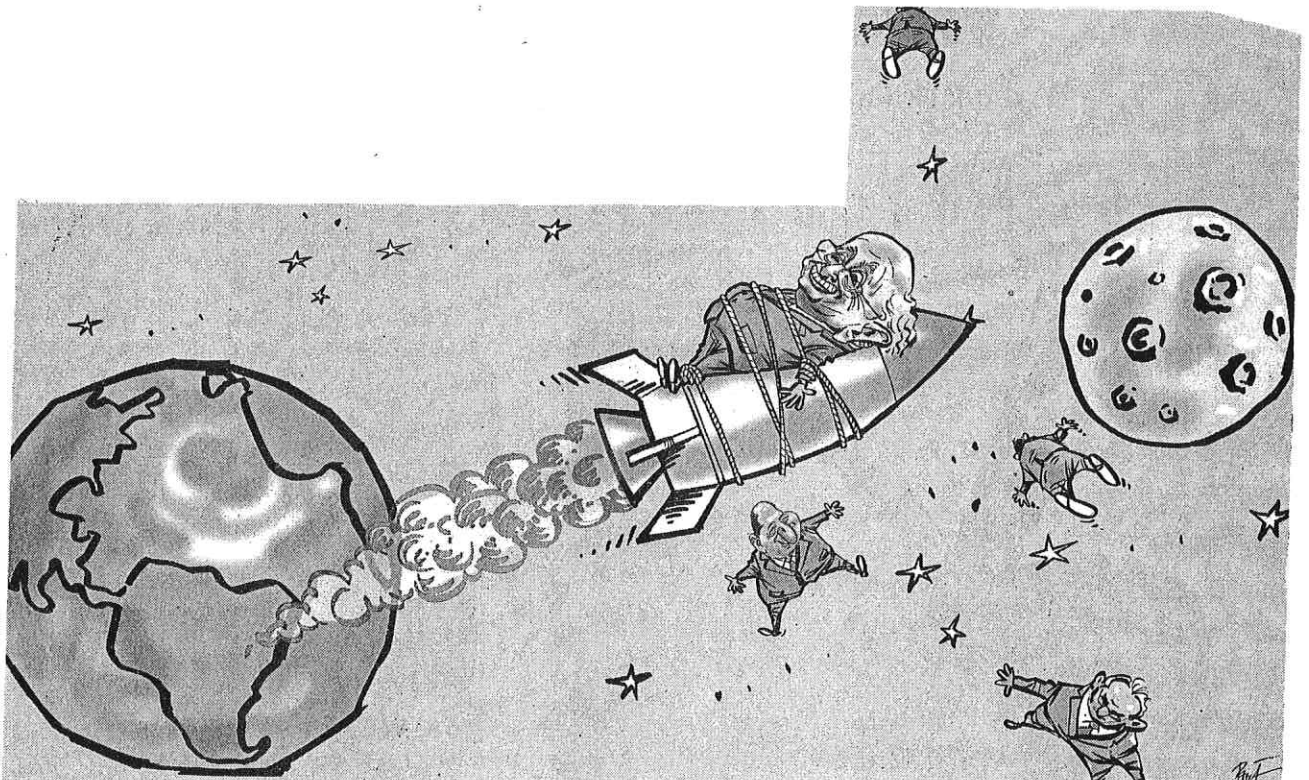
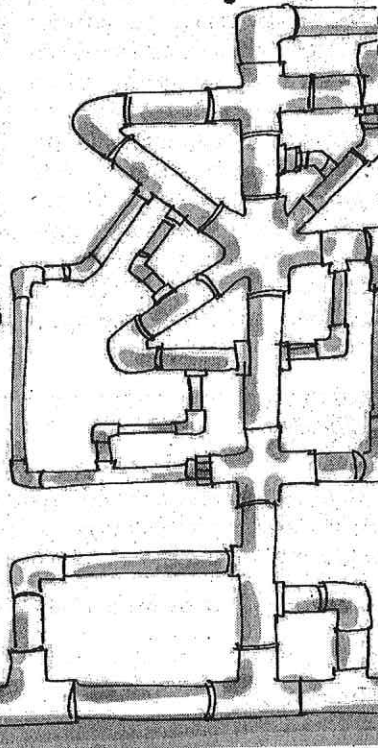
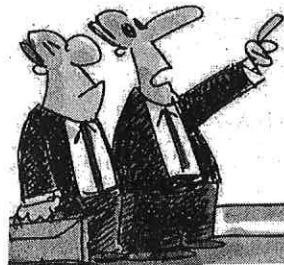
O acórdão do TRF, a ser redigido pelo desembargador Néfi Cordeiro, só deverá ser publicado na semana que vem. O juiz de Paranaguá, cujo ato foi contestado, teria dois caminhos a tomar: a) arquivar todo o processo; ou b) encaminhar o acórdão para parecer do Ministério Público Federal que, por sua vez, poderá recorrer contra a decisão do desembargador Néfi Cordeiro.

GAZETA DO POVO

DESVIOS...

15 SET 2011

NAQUELA
JUNÇÃO ALI
GASTEI
20 MILHÕES
PRA NÃO SER
DENUNCIADO!...



15 SET 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Marcos Valério é condenado a seis anos de prisão

BELO HORIZONTE E BRASÍLIA

Agência Estado

! O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza foi condenado a seis anos de prisão pela Justiça Federal de Minas Gerais por prestar informações falsas ao Banco Central sobre operações financeiras de sua empresa, a SMP&B Comunicações, realizadas entre 1998 e 1999. O então sócio de Valério na agência de publicidade, Cristiano de Mello Paz, foi condenado a quatro anos de prisão. Eles já recorreram da sentença, proferida no dia 31 de agosto de 2011, e poderão aguardar o julgamento do recurso em liberdade.

O caso é anterior ao suposto esquema de compra de apoio político conhecido como mensalão, que foi denunciado em 2005 e ainda tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Para justificar depósitos que permitiram à SMP&B quitar um empréstimo de R\$ 7 milhões tomado junto ao Banco Rural e não levantar suspeitas no Banco Central, os acusados alteraram o capital da empresa de R\$ 150 mil para R\$ 4,5 milhões. Ao checar as informações repassadas pela agência, a autoridade monetária descobriu que, na Junta Comercial de Minas Gerais, o capital social da SMP&B

na realidade havia passado de R\$ 150 mil para R\$ 600 mil, valor incompatível com o pagamento efetuado.

STF

O presidente do STF, Cezar Peluso, recusou um pedido do publicitário Marcos Valério para que o ministro Joaquim Barbosa fosse afastado da relatoria do processo que apura o mensalão.

Para tentar convencer Peluso, os advogados de Marcos Valério alegaram que Joaquim Barbosa teria se manifestado antecipadamente sobre as acusações, o que levaria à impossibilidade de ele participar do julgamento da ação.

De acordo com a defesa, em novembro de 2009, quando o STF aceitou a denúncia contra os suspeitos de envolvimento no mensalão, Barbosa teria se referido ao publicitário como especialista em atividades de lavagem de dinheiro.

Mas o presidente do STF não aceitou a argumentação. Segundo Peluso, a legislação brasileira impede apenas que um juiz atue num mesmo processo em instâncias distintas da Justiça.

GAZETA DO POVO

CORTE DE HAIA

15 SET 2011

Brasil manobra para adiar julgamento do caso Battisti

! O governo brasileiro adotou uma manobra diplomática para retardar um julgamento pela Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, na Holanda, e diminuir o impacto de uma eventual condenação internacional pela decisão de não extraditar para a Itália o ex-ativista político Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua por quatro assassinatos.

O Brasil rejeitou a proposta da Itália de criar uma comissão de conciliação para uma “solução jurídica amigável” para o caso. Com isso, o governo tenta manter o assunto no âmbito quase sigiloso dos despachos diplomáticos e evita os holofotes de um tribunal internacional.

A Itália havia pedido ao Brasil que indicasse até hoje o representante brasileiro que integraria a Comissão Permanente de Conciliação, prevista na Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária, assinada pelos dois países em 1954. Assim, conforme o texto da Convenção, daria por encerradas as tratativas sobre o caso pela via diplomática. Um árbitro neutro, provavelmente indicado pela Corte de Haia, estaria incumbido de propor um acordo entre as partes.

O prazo estipulado pela Itália não está expresso na convenção e, por isso, o governo brasileiro não trabalhava com esse limite. Independentemente disso, já havia um entendimento de que o Brasil não indicaria seu representante nessa comissão. A avaliação do Itamaraty — que até agora vem conversando com o governo italiano sobre o assunto — é de que não há possibilidade de acordo no caso.

A única resposta aceitável para a Itália é que Battisti seja extraditado para que cumpra a pena



Mehrfelder/AFIP

Battisti: Brasil rejeita ideia da Itália de criar comissão sobre o caso.

pelos quatro assassinatos; o Brasil insiste que uma decisão soberana foi tomada pelo Estado brasileiro e recusa-se a entregá-lo. Assessores jurídicos da Presidência da República e do Itamaraty enfatizam que o caso, de qualquer maneira, chegará à Corte de Haia. Por isso, não veem razão para instalar a comissão.

Rejeitar a interferência dessa comissão teria uma consequência adicional considerada relevante pelo governo brasileiro. A avaliação de assessores jurídicos do governo é de que evitar essa comissão restringe os efeitos e a legitimidade de uma eventual decisão da Corte de Haia contrária à permanência de Battisti no Brasil.

Se aceitasse levar o caso para essa comissão, o Brasil automaticamente estaria admitindo o julgamento do caso pela Corte de Haia. O texto da convenção estabelece que a falta de acordo entre as partes leva automaticamente o caso para uma decisão final da Corte.

15 SET 2011

GAZETA DO POVO

JOÃO RAFAEL FURTADO

O futuro do ensino jurídico

Para que o conhecimento possa existir é necessário um ser dotado de inteligência que deseje e seja capaz de projetar sua mente sobre objetos que são diferentes dela. Ou seja, para algo significar para o indivíduo humano é necessário que ele seja impactado por um fenômeno, para que a informação possa ser processada e possibilite, através da sua inteligência, a expressão do significado da coisa.

Com essa concepção, observa-se que o ente cognoscente não é composto somente pelo ser humano, mas por toda a sociedade que fornece a esse as ferramentas necessárias ao conhecimento.

Nessa perspectiva, apesar de ser o indivíduo que apreende as informações que são colocadas para ele, é a sociedade que irá dispor aos seus membros (indivíduos em massa) os valores, ideias, princípios e regras que dão sentido a sua própria existência.

Assim, ter conhecimento é acima de tudo um ato de reflexão. Refletir sobre alguma coisa não encontra suficiente conceitualização no mero ato do pensar e agir. A reflexão atinge uma camada mais profunda. É com a reflexão que se pode desenvolver raciocínio crítico sobre determinado assunto, que formará o efetivo conhecimento sobre o objeto.

O ato de reflexão é fundamental para o estudante de Direito. É com a reflexão que a pessoa pode conhecer profundamente determinado assunto e atingir um raciocínio crítico.

O estudante que ao iniciar seus estudos nas bancadas de Direito, via de regra, tem sua curiosidade aguçada, chegando a assumir posições críticas e transformadoras da realidade.

Contudo, ao longo do seu curso, começa a perder o brilho nos seus olhos, vendo desaparecer os sonhos que o impulsionavam no início dos seus estudos, substituindo-os por desejos efêmeros e de curto prazo.

A que se deve essa perda valorativa acerca desse estudo, e mais especificamente, do próprio Direito?

A inevitável constatação diz respeito ao ensino jurídico repassado em de sala de aula e o seu confronto com a nova geração de estudantes. O ensino jurídico no Brasil, ao longo da sua história, sempre adotou postura meramente expositiva, onde o professor é tido como autoridade máxima, senhor do conhecimento, e o aluno mero receptor daquilo que lhe é repassado.

Esse modelo de ensino leva a práticas repetitivas e monótonas, "elevando" o discurso do professor ao patamar de verdadeiro dogma.

Essa prática conduz ao entendimento de uma realidade linear e não transformadora, que de vez em quando ocasionará ao estudante sentimento de repulsa e mecanização. O que proporciona a perda do encanto no decorrer do curso.

O ensino jurídico não pode ser alheio a nova realidade da sociedade. Porém, ingressar em uma sala de aula hoje, mais parece um retorno ao passado. A aprendizagem autêntica é a que desconstrói e reconstrói constantemente seus limites.

Não existe um modelo correto. O que importa é que o ensino seja de qualidade e que o estudante tenha as chances e ferramentas para melhor desenvolver sua formação profissional.

O futuro do ensino jurídico está na compreensão de que o valor do ensino, não no discurso de autoridade ou na inflexibilidade. Reside na qualidade de adaptação aos novos desafios e tendências que são apresentadas, tornando o ensino agradável, interessante e estimulante. O professor não deve enxergar essas mudanças como algo ruim, mas como uma oportunidade de se inovar e fazer do ensino uma atividade pulsante e qualitativa para o estudante. E, assim, quem ganha é o Direito brasileiro.

João Rafael Furtado é advogado, diretor Jurídico Executivo da Confederação Nacional dos Jovens Empresários e mestrando em Direito Constitucional das Relações Privadas.

15 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Publicação jurídica é lançada no Rio de Janeiro

Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo é um laboratório de idéias



Sorridentes, autores e editor responsável posam para o fotógrafo. Mário Frota, Luiz Fernando de Queiroz, Flávio Citro Vieira de Mello, Werson Rêgo e Guillermo Orozco Pardo

No dia 8 de setembro aconteceu na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro o lançamento da 3ª ed. da Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo com a presença dos professores Mario Frota de Portugal, presidente do Conselho Diretor da revista e Guillermo Orozco Pardo da Espanha, além do editor responsável pela publicação o advogado e jornalista curitibano Luiz Fernando de Queiroz, diretor do Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris. Os autores defendem a tese que o intercâmbio entre os avanços do direito do consumo entre Brasil e Portugal, é importante. A obra reflete os princípios e regras do direito do consumidor, entre os dois países, tomando como referência os ordenamentos jurídicos nacionais.

O presidente do Conselho Diretor da revista Luso-Brasileira, prof. Mário Frota, falou que “enquanto instrumento privilegiado na coo-

peração que força é o desenvolvimento entre Portugal e Brasil em todos os domínios, em particular no direito do consumidor. As razões da publicação são os trabalhos elaborados em ação formativa, a necessidade de incrementar os trabalhos interdisciplinares, o reforço do diálogo transatlântico, e no recíproco conhecimento das realidades que enformam a aplicação do direito” conclui o professor.

Mário Frota falou ainda sobre os esforços do desembargador Joatan Marcos de Carvalho e do editor responsável pela publicação, Luiz Fernando de Queiroz, ambos de Curitiba, “não podemos deixar de agradecer varias pessoas envolvidas diretamente ao projeto da revista que já se consagrou no meio juridico, os esforços de Joatan e Queiroz é de grande valia, além dos demais envolvidos” finalizou.

A Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo é um extraordinário laboratório de idéias em vista do desenvolvimento e do progresso do direito do consumo nas interrelações entretecidas. Vários tópicos foram abordados na revista, entre eles: O modelo da boa-fé objetiva; Centros de informação, mediação e arbitragem de conflitos de consumo em Portugal; Direito de arrependimento ou desistência (o direito de retratação); Publicidade, comercialização e proibição de utilização de certos termos; Proteção da concorrência, leal com redução de custos de conformidade pelos empresários, entre outros temas. A obra é uma publicação da editora Bonijuris. Mais informações: 0800-645-4020 ou no site: www.bonijuris.com.com.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes e MP realizam manifestação

Para o próximo dia 21 de setembro (quarta-feira) está marcado o "Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público", com manifestação em Brasília. No ato será divulgado um manifesto com as principais reivindicações e posicionamentos da magistratura e do Ministério Público. O manifesto será também entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao procurador-geral da República. Na lista reivindicações, que está disponível no site da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), vale destacar três aspectos: segurança, saúde e salário.

A concentração dos juízes e integrantes do MP será no clube da Amagis (Setor de Clube Sul, Trecho 2, cj 48) entre as 8h e 10h. De lá, seguirão para o Congresso Nacional, para um ato no Salão Negro. Em seguida, irão para a Praça dos Três Poderes, para concentração em frente ao STF e entrega do manifesto ao presidente do Supremo e ao PGR.

As entidades representativas dos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público reclamam da falta de política institucional que garanta a segurança dos agentes políticos dotados do dever-poder de promover e de realizar a justiça.

15 SET 2011

TRF-3 atinge meta 2 e finaliza 80 mil processos

No período de um ano, entre setembro de 2010 e setembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi palco de uma audaciosa experiência realizada pela Justiça Federal: o mutirão Judiciário em Dia, cujo desafio era julgar 80 mil processos. Segundo a Corregedoria Nacional de Justiça, o objetivo foi alcançado com o esforço concentrado de juízes, servidores e integrantes do Ministério Público Federal.

Sob a coordenação geral da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, o mutirão teve por objetivo reduzir o tempo de julgamento de processos de competência do TRF-3. Foram submetidos a julgamento os processos para cumprimento integral da Meta 2 (de 2010) do CNJ, ou seja, processos que ingressaram no tribunal até 31 de dezembro de 2006. Em um ano, mais de 84 mil processos foram julgados.

A cerimônia de encerramento do mutirão está marcada para acontecer no próximo dia 21 de setembro (quarta-feira), às

15 horas, na sede do TRF-3, na Avenida Paulista, 1842 - Edifício Torre Sul, no auditório do 25º andar. Estarão presentes no evento a corregedora nacional da Justiça, ministra Eliana Calmon; o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Noronha; o ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça; e o presidente do TRF-3 o desembargador federal Roberto Haddad.

No TRF-3, o projeto foi coordenado pela juíza federal Mônica Neves Aguiar da Silva, representante do Conselho da Justiça Federal, pelo juiz federal Ávio Novaes, em auxílio ao CNJ e ao CJF e pelo desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, assessor do CNJ.

O mutirão Judiciário em Dia implantou uma nova metodologia de trabalho e uma rotina cartorária que dinamizou a prestação jurisdicional, inaugurando um novo modelo de gestão na administração dos processos, de acordo com a Corregedoria Nacional de Justiça.

15 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Nome em lista de improdutivos não gera dano moral

A inclusão de funcionário na lista de “menos produtivos” não gera dano moral. O entendimento foi aplicado pelo Tribunal Superior do Trabalho em recurso interposto por controlador de tráfego aéreo da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Ele foi listado no rol dos 5% menos produtivos da companhia. Para a 7ª Turma do TST, não se pode presumir o dano à honra, intimidade, imagem ou vida privada apenas com a inclusão do nome no ranking.

O controlador foi contratado pela Infraero, em 1998, para trabalhar em Itaituba (PA). Em novembro de 2001, foi transferido para Macapá. Em 2001 e 2002, a empresa decidiu indicar, dentro do efetivo de cada sede, todo ano, os 5% menos produtivos, ameaçando-os de demissão caso constassem na lista por dois anos seguidos.

A indicação à lista era compul-

sória e feita pelo superintendente de cada aeroporto. Em algumas superintendências, a indicação era feita por meio de sorteio. O problema começou quando a Infraero passou a chamar os integrantes da lista de “improdutivos”. A prática culminou, em 2003, com a troca da direção da companhia. Segundo o controlador que processou a Infraero, a prática sempre causou medo aos funcionários, que criticavam as ameaças de demissão e a falta de critérios para a indicação.

Em agosto de 2002, o controlador foi incluído entre os 5% de Macapá. Segundo ele, a inclusão de seu nome foi uma “injustiça” e uma represália por ser dirigente atuante no sindicato da categoria. Contou à Justiça do Trabalho que, com medo de ser demitido, passou a ter insônia, depressão, baixa autoestima e mania de perseguição. Pede indenização de R\$ 320 mil por danos morais.

A 4ª Vara do Trabalho de Macapá rejeitou o pedido. A sentença foi mantida integralmente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Macapá). Segundo o acórdão, o controlador não conseguiu provar que a inclusão de seu nome na lista causou os problemas de saúde. Para o Regional, a Infraero agiu dentro dos limites da lei, pois a lista dos menos produtivos foi enviada exclusivamente a ele, sem constrangê-lo perante seus colegas.

O controlador tentou reverter a decisão no TST, mas não conseguiu. A 7ª Turma salientou que as provas apresentadas pelo autor mostravam justamente o contrário do que ele alegava: que a Infraero estava dentro de seu direito de cobrar pela produtividade dos funcionários e de zelar por sua correta formação. Não ficou caracterizado, portanto, o dano moral.



JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

STJ ISENTA GOOGLE DE controle 15 SET 2011 prévio do Orkut

Entendimento foi adotado pela Terceira Turma,
que negou pedido de indenização contra a empresa

A relatora do processo, ministra Nancy Andrighi, entendeu que, apesar de o serviço ser oferecido gratuitamente, há relação de consumo, já que a Google consegue divulgação de sua marca e serviços com o site de relacionamentos e tem remuneração indireta. Portanto, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) seria aplicável a essas relações. Por outro lado, o Orkut presta serviço de provedor de conteúdo – disse a ministra Andrighi –, sem participar ou interferir no que é veiculado no site. O relacionamento entre os usuários e a criação das “comunidades” são livres.

A relatora ponderou que a responsabilidade da Google deve ser restrita à natureza da atividade por ela desenvolvida. Para a ministra, parte dos serviços oferecidos pela empresa via Orkut é o sigilo, a segurança e a inviolabilidade dos dados cadastrais dos clientes. “No que tange à fiscalização das informações postadas pelos usuários, não se trata de atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do artigo 14 do CDC”, acrescentou.

Para a ministra Andrighi, o dano moral não pode ser considerado risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, já que suas atividades não implicam, para terceiros, riscos diretos maiores do que qualquer outra atividade. Por isso, ela considerou que não se aplica a esses provedores a responsabilidade objetiva prevista pelo artigo 927, parágrafo único, do Código Civil.

Mesmo tendo que manter o registro do IP (número que identifica cada computador na internet) e remover conteúdos ofensivos, a Google Brasil Internet Ltda. não é obrigada a fazer controle prévio do conteúdo do Orkut, seu site de relacionamentos. Esse entendimento foi adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou pedido de indenização contra a empresa.

Um usuário alegou que foi ofendido pelo conteúdo de página no Orkut. Em primeira instância, determinou-se a retirada de um álbum de fotografias e dos respectivos comentários, além de indenização de R\$ 8.300 por danos morais. A Google recorreu,

mas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou o pedido por entender que a empresa teria assumido o risco da má utilização do serviço. Para o tribunal mineiro, o site deveria ter desenvolvido ferramentas para coibir abusos e ainda ter identificado o usuário responsável pelas ofensas.

No recurso ao STJ, a Google alegou haver julgamento *extra petita* (quando o juiz concede algo além do que foi pedido na ação), já que em nenhum momento foram solicitadas informações sobre os usuários. Também afirmou que, não tendo participado da criação do perfil ofensivo no Orkut, não poderia ser responsabilizada e ser obrigada a indenizar a vítima. Argumentou que, segundo os artigos 182 e 927 do Código Civil, o causador do ilícito é o único obrigado a indenizar.

CONTINUA

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO 15 SET 2011

"Equiparável à quebra de sigilo"

A ministra Nancy Andrigh também asseverou que o controle prévio de conteúdos seria equiparável à quebra de sigilo das comunicações, vedado pelo artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal. "Não bastasse isso, a verificação antecipada do conteúdo eliminaria – ou pelo menos alijaria – um dos maiores atrativos da internet, que é a transmissão de dados em tempo real", observou.

A própria subjetividade do dano moral seria, na visão da ministra, um impedimento para a verificação prévia do conteúdo. Não seria possível fixar parâmetros prévios do que seria ofensivo ou não. Os sites, entretanto, ainda têm res-

ponsabilidade sobre o tráfego de informações. "Há, em contrapartida, o dever de, uma vez ciente da existência de mensagem de conteúdo ofensivo, retirá-la imediatamente do ar", esclareceu a ministra.

Ela destacou também que a Constituição veda o anonimato e que o IP (Internet Protocol) deve ser exigido na prestação de certos serviços. No caso, a Google mantém registros dos IPs dos computadores utilizados para acessar o Orkut. Ela observou que a empresa realmente retirou o conteúdo ofensivo do ar assim que foi informada da situação. Além disso, a Google mantém canal para as pesso-

as, usuárias ou não, que tiveram suas identidades "roubadas" no Orkut solicitarem a exclusão da conta e denunciarem outros abusos.

A ministra concluiu afirmando que não houve no processo nenhum pedido para fornecer os dados que poderiam identificar o verdadeiro autor da ofensa. "Noto, por oportuno, a importância de o IP ser mantido em absoluto sigilo, sendo divulgado apenas mediante determinação judicial, pois, a partir dele, é possível realizar ofensivas direcionadas ao respectivo computador", alertou. A ministra acolheu o pedido da Google e afastou a obrigação de indenizar.

15 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

LUCIANO DUCCI TEM O MAIOR salário entre os prefeitos do País

Curitibano ganha R\$ 26,7 mil, contra R\$ 20 mil de Gilberto Kassab, prefeito de SP, e R\$ 13,2 mil de Eduardo Paes, do RJ

Ivan Santos

Levantamento divulgado ontem pelo site Uol Notícias revela que o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), é o mais bem pago do País. Ducci recebe R\$ 26.700,00 por mês, o mesmo salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), teto para o funcionalismo público do País. O prefeito da Capital paranaense também recebe o mesmo que a presidente Dilma Rousseff (PT).

O salário de Ducci está bem acima da média dos prefeitos das capitais, que segundo o levantamento, é de R\$ 16.920,00. Os vencimentos do prefeito são fixados por lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores. Neste caso, os vereadores aprovaram lei em 24 de maio de 2010, aumentando o salário de Ducci de R\$ 19.115,19 para os atuais R\$ 26,7 mil, um reajuste de 40%. Na época, Ducci inicialmente defendeu o aumento. “Se fosse o diretor de uma empresa deste tamanho, receberia o dobro disso”, alegou. Somente depois da repercussão negativa, o prefeito anunciou a intenção de devolver 30% deste valor. Com larga maioria na Câmara, Ducci poderia ter vetado o aumento ou proposto a redução do valor, mas nunca tomou iniciativa nesse sentido.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), que administra a maior cidade do País, com mais de 10 milhões de habitantes e um orçamento de R\$ 28 bilhões — superior inclusive ao orçamento de todo o Estado do Paraná —, ganha R\$ 20.042. Em 2012, Kassab receberá R\$ 24,1 mil por conta de aumento aprovado no último mês de julho. Mesmo assim, continuará abaixo do valor recebido pelo prefeito de Curitiba.

O salário de Ducci também é mais do que o dobro do vencimento mensal do prefeito Eduardo Paes (PMDB), do Rio de Janeiro, segunda maior capital brasileira, com 6,3 milhões de habitantes. Paes ganha R\$ 13,2 mil.

Segundo o Uol, o segundo maior salário entre os prefeitos das Capitais é o de João Castelo (PSDB), prefeito de São Luís, no Maranhão. Em terceiro está Cícero Almeida (PP), prefeito de Maceió, que recebe R\$ 21 mil por mês. O menor salário entre os prefeitos de capitais brasileiras é o de João Henrique Carneiro (PP), de Salvador, que ganha R\$ 10,4 mil.

JORNAL DO ESTADO

Povão 15 SET 2011

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem projeto do senador Roberto Requião (PSDB) que abre a qualquer cidadão a possibilidade de participar do processo de escolha de autoridades indicadas para cargos públicos. Através do Portal do Senado, qualquer pessoa poderá enviar informações sobre os indicados e fazer perguntas a eles. Pelas regras do regimento do Senado, hoje, a sabatina restringe-se apenas aos senadores. Requião argumentou que as sabinas de autoridades indicadas pelo Executivo — ministros de tribunais superiores, embaixadores, diretores do Banco Central, de membros de Conselho Nacional de Justiça, de autarquias como o DNIT, entre outras — são muitas vezes conduzidas de forma burocrática e se atém a aspectos formais, sem que se aprofunde a biografia e o conhecimento técnico dos indicados, se estão ou não qualificados para a tarefa que vão assumir. E lembrou que em outros países, como os Estados Unidos, o processo de escolha de um ministro para a Suprema Corte pode durar até seis meses, com intensa participação da sociedade nos debates.

15 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

TRF4 anula provas da Operação Dallas

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) concedeu na terça-feira, por maioria, habeas corpus à defesa de quatro investigados na Operação Dallas, da Polícia Federal, e declarou nulas as provas obtidas por meio de interceptações telefônicas e de e-mails bem como as obtidas durante busca e apreensão. A Operação, deflagrada em janeiro deste ano, apurou irregularidades no Porto de Paranaguá como desvio de cargas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e fraude em licitações.

O desembargador federal Néfi Cordeiro entendeu que a Vara Federal Criminal de Paranaguá (PR) não tinha competência para autorizar a investigação, e deveria ter transferido para a vara especializada em crimes contra o sistema finan-

ceiro nacional a responsabilidade pelas autorizações para a captação de provas pela PF. Conforme Cordeiro, houve ofensa ao princípio constitucional do juiz natural. O juízo competente, segundo o magistrado, é a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro. Dessa forma, o tribunal anulou todas as provas obtidas pela PF e pelo Ministério Público Federal (MPF). O habeas foi impetrado pela defesa dos investigados Anderson Fumagalli, Fabrício Slaviero Fumagalli, Paulo Cezar de Souza Vilela e Washington Viana e Silva.

Apesar disso, a decisão deve beneficiar também os demais investigados na operação, entre eles os dois ex-superin-

tendentes da Administração dos Portos de Paranaguá (APPA), Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião, este último irmão do senador e ex-governador Roberto Requião (PMDB). Outro implicado na operação que também pode se beneficiar é o ex-secretário especial do governo Requião e segundo suplente do governador, Luís Mussi.

Entre as irregularidades apontadas na investigação estão o desvio de cargas no valor de R\$ 8,5 milhões. A PF acusou ainda os envolvidos de corrupção ativa, formação de quadrilha, desvio de dinheiro público, superfaturamento e fraude em licitações, entre outros crimes. Vinte e nove mandados de busca e apreensão foram expedidos pela Justiça e dez pessoas foram presas.

Para deputado, decisão não prejudica CPI

Presidente da CPI do Porto criada pela Assembleia, o deputado estadual Douglas Fabrício (PPS), acredita que a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre (RS), de anular as provas obtidas pela Operação Dallas por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails não vai atrapalhar os trabalhos da comissão. “As informações que conseguimos na Operação Dallas são apenas parte dos trabalhos da CPI. Nos próximos dias vamos chamar os envolvidos para que esclareçam as denúncias publicamente”, disse.

O deputado explicou que, além dos pontos investigados pelo Ministério Público Federal, a CPI está averiguando outras denúncias. “Entre elas, o volume e o valor das ações trabalhistas envolvendo a APPA e que chega hoje R\$ 491,1 milhões, as licitações realizadas nos últimos anos e as operações envolvendo o porto de Antonina”, afirmou.

Na terça-feira, a Assembleia Legislativa aprovou a prorrogação da CPI por mais 60 dias. Segundo Douglas, a decisão foi necessário porque o volume de documentos analisados pelos deputados é muito grande.

CPI só aprova regimento na segunda

A bancada de oposição na Câmara de Vereadores se reúne hoje para definir a estratégia que vai adotar na CPI criada para investigar contratos de publicidade da casa. A principal preocupação dos opositores é garantir que as sessões da comissão sejam abertas ao público.

A primeira reunião da comissão, que vai aprovar o regimento, deve acontecer só na segunda-feira. O presidente da CPI, Emerson Prado (PSDB), inicial-

mente pretendia resolver o regimento ainda nesta semana, para poder começar as investigações.

Passado quase um mês de sua aprovação, a CPI ainda não fez uma única diligência. A primeira vez que se reuniu foi na última segunda-feira e apenas definiu seu presidente, Emerson Prado, e seu relator, Denilson Pires (DEM).

Um novo problema surgiu com o pedido de licença da Câmara do vereador Zezinho do Sabará (PSB), indi-

cado para a comissão, que está com problemas de saúde. Os outros dois vereadores do partido são Tico Kuzma, que é da mesa diretora e não pode integrar a CPI, e Dona Lurdes.

Ontem, o vereador João Claudio Derosso (PSDB), presidente da Câmara, emitiu nota colocando os contratos de publicidade à disposição dos integrantes da CPI e da Comissão de Ética, desde que os pedidos sejam previamente arquivados. ● METRO CURITIBA

Aprovada criação de banco de DNA de presos

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) aprovou ontem o projeto que prevê a criação de um banco de perfis genéticos de condenados por crimes violentos ou hediondos.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), a proposta estabelece que a identificação genética poderá ser feita a partir de fluidos e tecidos biológicos humanos, sendo o DNA, segundo o autor, "ideal como fonte de identificação resistente à passagem do tempo e às agressões ambientais".

O material coletado pelas polícias estaduais alimentará a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, em implantação no Brasil, que se baseia no sistema de informação Codis (Combined DNA Index System), desenvolvido pela Polícia Federal dos Estados Unidos (FBI) e já utilizado em outros 30 países. ● METRO

Valério é condenado a 6 anos de prisão

A Justiça Federal de Minas Gerais condenou o publicitário Marcos Valério a seis anos e dois meses de prisão por dar informações falsas ao BC sobre as operações e a situação financeira da SMP&B no Banco Rural. O ex-sócio de Valério na agência, Cristiano Paz, também foi condenado, a quatro anos e oito meses de prisão.

Os dois, que respondem em liberdade, alteraram o capital da SMP&B de R\$ 150 mil para R\$ 4,5 milhões. A mudança possibilitou depósitos irregulares na conta, sem levantar suspeitas do BC. Segundo a decisão, a alteração encobriu, entre 1999 e 2005, um esquema que ficou conhecido como o escândalo do mensalão. As defesas de Valério e Paz negam as acusações e já recorreram ao TRF. ● METRO

15 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Cai a liminar. Vereador perde o mandato. De novo

O Tribunal de Justiça derrubou a liminar que suspendia o decreto legislativo cassando o mandato do vereador Nelsão (PMDB). No relatório de 16 páginas, o desembargador Leonel Cunha, relator da matéria, suspendeu a liminar concedida pelo juízo da Comarca de Campo Largo. O magistrado alegou que “diante do desacerto da decisão recorrida, ao passo que a população tem mostrado indignação com a conduta do vereador cujo mandato foi cassado requer, liminarmente, a suspensão da decisão agravada, restabelecendo os efeitos do decreto legislativo.” O presidente da Câmara de Campo Largo, Josley Andrade (PSC), disse que o suplente de Nelsão, Betinho (PMDB), já foi comunicado da decisão judicial e deve reassumir o mandato na segunda-feira.

Em março, durante sessão ordinária na Câmara, o parlamentar, que também é líder sindical, se desentendeu com o vereador Wilson de Andrade (PSB), que alegou ter sido agredido por uma cabeçada de Nelsão. Um processo por quebra de decoro parlamentar foi aberto, resultando na cassação de Nelsão, por sete votos a dois.

Vídeo

O vereador então recorreu da decisão de seus colegas, mostrando que um vídeo espalhado na internet com a suposta cabeçada, usado pela acusação, foi adulterado. Uma perícia detectou a montagem que simula a agressão e ontem o Juiz Eduardo Novacki, do Fórum Cível da Comarca de Campo Largo, anulou a decisão da Câmara e determinou a reintegração do cargo à Nelsão.

TRIBUNA DO PARANÁ

15 SET 2011

Despencou mais um

O ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB), nem havia caído de forma oficial ontem à tarde e a imprensa já o velava politicamente. Nem poderia ser diferente. Sem expressão no cenário do poder em Brasília, não obstante seja dono de seis mandatos na Câmara dos Deputados, ele teve uma atuação pífia na Esplanada e, pior, cheia de denúncias. Desde que tomou posse no cargo, seu nome ganhou fama na mesma velocidade em que espocavam os escândalos: num dia, ele é acusado de usar a verba indenizatória da Câmara para financiar animadas festinhas num motel em São Luís. No outro, soube-se que destinou uma emenda de R\$ 1 milhão para uma empresa fantasma do Maranhão, seu Estado natal. A terceira, e mais disparatada, foi a descoberta de que ele registrou a própria governanta como assessora parlamentar. Por fim, a última: a mulher dele, Maria Helena de Melo, teria usado um funcionário da Câmara como motorista particular. Simplesmente não havia mais como segurá-lo. A presidente Dilma Rousseff, embora tenha tentado evitar o desgaste junto aos aliados de prosseguir com a "faxina" no governo, se viu obrigada, novamente, a varrer para fora do Executivo uma peça estragada, com defeito, irregular. O octogenário Novais - amigo e protegido do senador José Sarney - vai embora sem qualquer comoção.



Ducci tem o maior salário dos prefeitos

O prefeito Luciano Ducci (PSB) continua sendo o prefeito mais bem pago do País. Levantamento do portal UOL mostra que, mesmo depois de algumas câmaras municipais aprovarem reajuste para seus prefeitos, vices e secretários municipais, Ducci segue como único prefeito brasileiro a receber o teto para o funcionalismo público, R\$ 26,7 mil, o mesmo salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal e da presidente da República.

O maior salário do Brasil foi herdado por Ducci de seu antecessor, o hoje governador Beto Richa (PSDB). Mas ao contrário de Beto que, quando soube que recebia o maior salário do Brasil tentou reduzi-lo, sem sucesso, através de decreto e, com isso, passou a doar R\$ 5 mil mensais para os cofres da prefeitura, Ducci não viu necessidade em devolver parte do salário.

Mensaleiro pega 6 anos

A Justiça Federal de Minas Gerais condenou o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza a seis anos de prisão e seu ex-sócio na SMP&B Comunicações, Cristiano Paz, a quatro anos, por prestarem informações falsas ao Banco Central. Os réus poderão recorrer em liberdade. De acordo com o processo, para justificar depósitos na conta corrente da empresa entre dezembro de 1998 e abril de 1999, a SMP&B simulou aumento de capital social da empresa.

Técnicos do Banco Central confrontaram informações da Junta Comercial de Minas Gerais e do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em Belo Horizonte com as apresentadas pela empresa para explicar a quitação de empréstimo de R\$ 7 milhões com o Banco Rural, que contou com desconto de R\$ 3,5 milhões.

Condenação

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve, em parte, a condenação de 1.ª instância do ex-governador Cristovam Buarque e do ex-secretário de Comunicação Social, Moacyr de Oliveira. Os réus foram condenados a devolver ao erário o valor gasto com a produção do CD "Brasília de Todos Nós - 1 ano de governo democrático e popular do Distrito Federal", orçado em R\$ 146.050,00. Além disso, os réus terão que pagar multa civil equivalente a cinco vezes o salário que recebiam à época dos fatos.

Aeroporto

O Tribunal Regional Federal da 3.ª Região determinou a retomada das obras de construção do terminal remoto do Aeroporto Internacional de Cumbica (SP).

14 SET 2011 PARANÁ ONLINE

TJ derruba liminar e vereador Nelsão está cassado de novo

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) derrubou na terça-feira (13) a liminar que suspendia o decreto legislativo que cassou o mandato do Vereador Nelsão (PMDB). No relatório de 16 páginas o desembargador Leonel Cunha, que é relator da matéria, suspendeu a liminar concedida pelo juízo da Comarca de Campo Largo.

Leonel Cunha alegou que "diante do desacerto da decisão recorrida, ao passo que a população tem mostrado indignação com a conduta do vereador cujo mandato foi cassado requer, liminarmente, a suspensão da decisão agravada, restabelecendo os efeitos do Decreto Legislativo nº 03/11". O presidente da Câmara de Campo Largo, Josley Andrade (PSC), disse que o suplente de Nelsão, Betinho (PMDB), já foi comunicado da decisão da justiça e deve reassumir o mandato na próxima segunda-feira (19).

Entenda o caso

Numa sexta-feira de agosto (26) Nelson Silva de Souza, o Nelsão, voltou para seu gabinete na Câmara dos Vereadores de Campo Largo e retornou para sua função de vereador após a ordem judicial de reintegração do cargo concedida no dia 23/08. O oficial de justiça conseguiu notificar o presidente da Câmara, Josley Andrade, que estava sumido, na quinta-feira, após dois dias da decisão judicial.

Nelsão poderia ter retomado seu cargo na quarta-feira, mas os demais vereadores de Campo Largo se recusaram a iniciar a sessão plenária extraordinária da Câmara Municipal porque não quiseram acatar a decisão da Justiça que determina a reintegração de Nelsão ao cargo de vereador.

Todos estavam na casa, mas os vereadores Josley Andrade, Sandra Marcon, Lindamir Ivanovski e Lucir Marchiori, que fazem parte da mesa executiva, se recusam a ir para a sessão. Como o presidente da Casa não estava e os vereadores se recusaram a aparecer, a polícia teve que intervir e ir junto com o oficial de justiça em cada gabinete para tentar entregar para um dos membros da mesa executiva. Mas não conseguiu. No dia dezenas de pessoas protestaram em defesa do Nelsão.

Nelsão foi eleito em 2008 o vereador mais votado da história de Campo Largo, com 3.820 votos. Atuante na defesa dos interesses da população e na fiscalização do uso dos recursos públicos, o parlamentar realizou várias denúncias de mau uso do dinheiro público, inclusive de casos como o da Oscip Adesobras, que agora é investigada pelo Ministério Público Federal. Por conta disso, segundo ele, passou a sofrer forte perseguição política na casa.

Em março desse ano, durante sessão ordinária na Câmara, o parlamentar, que também é líder sindical, teve um desentendimento com o vereador Wilson de Andrade (PSB), que alegou ter sido agredido por uma cabeçada de Nelsão.

Um processo por "quebra de decoro parlamentar" foi aberto, resultando na cassação de Nelsão, por sete votos a dois. O vereador então recorreu da decisão de seus colegas, mostrando que um vídeo espalhado na internet com a suposta cabeçada, usado pela acusação, foi adulterado. Uma perícia detectou uma montagem que simula a agressão e ontem o Juiz Eduardo Novacki, do Fórum Cível da Comarca de Campo Largo, anulou a decisão da Câmara e determinou a reintegração do cargo à Nelsão.

PARANÁ ONLINE

Exame de Ordem

Miguel Reale Júnior

14 SET 2011

"A vida desenrola-se regida pelo Direito. O velho brocardo "onde está a sociedade está o direito" é absolutamente verdadeiro, pois as relações entre as pessoas e entre estas e o Estado são reguladas por regras jurídicas.

O Código Civil enuncia que toda pessoa é capaz de direitos e deveres e a Constituição lista os direitos e deveres individuais, além dos direitos sociais e políticos. Assim, a vida de qualquer cidadão está regida pelo Direito.

Conhecer esses direitos, bem como os deveres decorrentes, é essencial na vida comum de todo cidadão. Esclarecimento acerca dos limites do exercício de direitos e do cumprimento dos deveres é tarefa própria do advogado, ao qual cabe bem diagnosticar a situação concreta apresentada e dar a orientação correta. Um conselho certo evita prejuízos, afasta conflitos desgastantes e permite a conciliação.

Se for necessário pleitear em juízo a satisfação de uma pretensão legítima, é preciso enquadrá-la na ação judicial apropriada à espécie perante o juízo competente e de forma compreensível, tarefa essa exclusiva do advogado. O advogado realiza, portanto, trabalho de interesse geral, como veículo de efetivação da justiça, a ser alcançada pelo modo menos gravoso.

Assim, para advogar é necessário estar o formando devidamente qualificado, não bastando ter sido aprovado por uma das 1.174 faculdades existentes no País, que não formam juízes, promotores, delegados, advogados, mas apenas bacharéis em Direito em cursos, na sua maioria, cada vez mais deficientes, que não buscam excelência, e sim clientela e lucro.

Em Portugal editou-se o Regulamento Nacional do Estágio, em vista da diminuição generalizada da qualidade do ensino, com a degradação da profissão do advogado, razão pela qual cabe à Ordem zelar pela formação e valorização profissional, obrigando-se ao bacharel estagiar por dois anos em escritório de advocacia, para garantir conhecimento adequado de aspectos técnicos e éticos da profissão, ao final dos quais é submetido a exame de avaliação.

Em França o bacharel em Direito presta concurso para ser admitido em curso organizado pela Ordem dos Advogados com duração de 18 meses, durante os quais estuda o estatuto e a ética profissional, além de temas jurídicos, com período final de estágio junto a um advogado, após o que se submete a exame.

Na Itália o bacharel em Direito deve realizar dois anos de prática forense após se laurear, tempo após o qual pode vir a prestar exame de habilitação profissional.

No Brasil há hoje 700 mil advogados. Quando do recadastramento em 2004 havia 420 mil, o que significa que o número de advogados cresceu 70% em sete anos, mesmo com a exigência do Exame de Ordem. Nas 1.174 faculdades de Direito há 700 mil

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARANÁ ONLINE

estudantes. Surgem com diploma de bacharel em Direito na mão cerca 100 mil pessoas por ano.

14 SET 2011

Em 1963 criou-se o Exame de Ordem, que poderia ser substituído por estágio do ainda estudante em escritório de advocacia cujo titular tivesse cinco anos de inscrição na Ordem. Na ditadura, em 1972, sendo ministro da Educação o coronel Passarinho, extinguiu-se o Exame de Ordem e se permitiu que o estágio fosse realizado nas próprias faculdades, que atestariam o aproveitamento do aluno para inscrição na Ordem dos Advogados. Criava-se nova fonte de renda para as faculdades particulares e desprestígio para a classe que constituía o bastião de resistência democrática.

Em 1994, novo Estatuto da Ordem reinstalou a exigência do exame para admissão nos quadros da advocacia. Agora, um bacharel reprovado interpôs, por meio de advogado, mandado de segurança no qual argumenta ser inconstitucional o Exame de Ordem, pois afronta o artigo 5.º, XIII, da Constituição, que garante o livre exercício de trabalho e de escolha profissional. Na verdade, esse inciso condiciona o livre exercício de trabalho ao atendimento das "qualificações profissionais que a lei estabelecer".

A arguição de inconstitucionalidade foi rejeitada em primeira e segunda instâncias, mas agora chega ao Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário. O parecer do Ministério Público Federal é pela acolhida da inconstitucionalidade do Exame de Ordem, pois seria uma forma de limitar um mercado de trabalho reconhecidamente saturado, havendo perigosa tendência a reserva de mercado.

Em gritante contradição, o parecer do Ministério Público admite a "notória deficiência do ensino jurídico no Brasil" e propõe, reeditando a solução do coronel Passarinho ao tempo da ditadura, a adoção dos Núcleos de Prática Forense, previstos em portaria e resolução do Ministério da Educação, de responsabilidade das próprias faculdades, com professores do curso.

Contraditoriamente, o parecer confessa a necessidade de se restringir o acesso à profissão de advogado mediante a chancela da OAB, a fim de que da atuação de bacharéis não decorram "riscos à sociedade ou danos a terceiros". Propõe, todavia, que essa chancela se faça mediante impossível supervisão pela Ordem dos Núcleos de Prática Forense mantidos pelas próprias faculdades com seus professores. Ora, nenhuma faculdade vai considerar o seu bacharelado inapto para o exercício da advocacia: é a raposa cuidando do galinheiro. O núcleo gerará renda e passará também a ser fonte de falso prestígio da faculdade.

Se o Ministério Público, com razão, reconhece a possibilidade de risco para a sociedade com o ingresso automático de bacharéis na OAB, é evidente que a exigência de qualificação por via do Exame de Ordem não pode ser vista como expediente de reserva de mercado. É, sim, um meio de proteção da sociedade, do interesse de todos, do Judiciário e da própria democracia, pois a OAB tem por finalidade a defesa da ordem constitucional e sua força promana do prestígio social, a não ser comprometido com a inclusão de manifestos incompetentes em seus quadros."

Miguel Reale Júnior é advogado, professor titular da USP, membro da Academia Paulista de Letras e ex-ministro da Justiça. O artigo "Exame de Ordem" foi publicado na edição do dia 3 de setembro deste ano no jornal *O Estado de S. Paulo*.

CONJUR

Provedor não precisa fazer controle prévio de conteúdo

14 SET 2011

Sigilo, segurança e inviolabilidade dos dados cadastrais dos clientes. As características do serviço oferecido pelo Google Brasil Internet Ltda. fizeram com que a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça livrasse o provedor do pagamento de indenização no valor de R\$ 8,3 mil a internauta que foi ofendido no site de relacionamentos Orkut, administrado pela empresa.

De acordo com o colegiado, mesmo que o Google seja obrigado a manter o registro do IP (do inglês *internet protocol*), como é chamado o número de identificação de cada computador na internet, e que tenha que remover todo conteúdo ofensivo, ele não deve controlar o material previamente.

O usuário do serviço conseguiu uma indenização de R\$ 8,3 mil por danos morais, ainda em primeira instância. O Google não conseguiu reverter a decisão no recurso. De acordo com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a empresa assumiu o risco da má utilização do serviço e o próprio Orkut deveria ter desenvolvido ferramentas para coibir abusos e ainda ter identificado o usuário responsável pelas ofensas.

Apesar de o serviço ser oferecido gratuitamente, há relação de consumo no caso, considerou a ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso. Esse ponto justificaria a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na lide. Mesmo assim, ela lembrou que o Google, por meio de Orkut, presta serviço de provedor de conteúdo, sem participar ou interferir no que é veiculado no site.

"No que tange à fiscalização das informações postadas pelos usuários, não se trata de atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do artigo 14 do CDC", acrescentou. De acordo com o dispositivo, "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

A ministra fez, ainda, outra consideração: o dano moral não pode ser considerado risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, já que suas atividades não implicam, para terceiros, riscos diretos maiores do que qualquer outra atividade. Assim, também descartou a aplicação do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil.

Quanto ao controle prévio de conteúdos, ela disse que a prática violaria o artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal. "Não bastasse isso, a verificação antecipada do conteúdo eliminaria — ou pelo menos alijaria — um dos maiores atrativos da internet, que é a transmissão de dados em tempo real", observou.

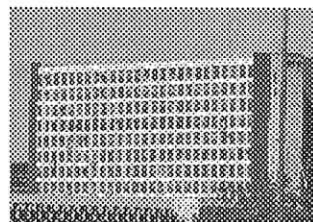
Ao falar sobre o IP, ela disse que o sigilo deve ser absoluto, "sendo divulgado apenas mediante determinação judicial, pois, a partir dele, é possível realizar ofensivas direcionadas ao respectivo computador". *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

CONJUR

Supremo propõe súmula vinculante para enquadrar STM

14 SET 2011

Os ministros que compõem a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal sugeriram, na sessão de desta terça-feira (13/9), que o decano, ministro Celso de Mello, elabore uma Proposta de Súmula Vinculante que reflita a jurisprudência da Corte a respeito da incompetência absoluta da Justiça Militar para processar e julgar civis denunciados pelo crime de falsificação da carteira de habilitação naval (CIR) ou habilitação de arrais-amador. A competência para processar e julgar o delito é da Justiça Federal, segundo o STF.



Diversos Habeas Corpus têm sido propostos no STF porque o Superior Tribunal Militar (STM, *na foto acima*) não vem aplicando jurisprudência da Corte sobre o tema. Pouco antes do início da sessão desta terça-feira, o ministro Celso de Mello concedeu liminar no HC 110.237 para suspender os efeitos de uma condenação imposta a um cidadão civil por uma auditoria militar e mantida por unanimidade pelo STM.

"O Superior Tribunal Militar insiste em desconhecer e ignorar a jurisprudência do STF. E o mais grave: injustamente, arbitrariamente, certo ministro militar censura o defensor público como se este fosse um criador de casos, como se estivesse atrapalhando os trabalhos do tribunal. Ao contrário: errado está o STM; correto está o defensor público que, na linha da jurisprudência do STF, busca a cessação de uma decisão arbitrária, transgressora do postulado do juiz natural", enfatizou Celso de Mello.

O decano do STF advertiu que se essa prática for mantida, será necessário que o Supremo casse todas as decisões "erradas do ponto de vista jurídico-constitucional".
"Realmente é inconcebível que isso continue a ocorrer."

Com a edição de uma súmula vinculante sobre a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar civis denunciados pelo crime de falsificação da carteira de habilitação naval (CIR) ou habilitação de arrais-amador, os ministros esperam por um fim a essa situação. "Até porque o descumprimento de uma súmula vinculante de forma infundada e sem justificção pode ensejar a responsabilização do magistrado, porque é um ato de insubordinação", lembrou o ministro Ricardo Lewandowski.

Embora concorde com a tese de que a edição de súmulas vinculantes em matéria penal deve ser evitada, o ministro Gilmar Mendes afirmou que, no caso em questão, a medida é necessária. "Quando se trata de matéria de competência, como é o caso, um tema processual relevante, há uma brutal insegurança jurídica, causando ônus para todos", afirmou. Mendes afirmou que quando o STM julga as auditorias que se ocupam indevidamente de temas que fogem à sua competência, há risco de prescrição em razão da migração de processos, o que contribui para um quadro de impunidade.

Durante a sessão, foi feito um pequeno ato de desagravo à Defensoria Pública da União, tendo em vista que a pretensão do defensor público federal Antonio Ezequiel Inácio Barbosa em fazer com que o STM observe e aplique a jurisprudência do Supremo sobre

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 14 SET 2011

a matéria foi criticada pelo relator do HC impetrado, para quem o defensor "tem se notabilizado perante o STM por apresentar teses impertinentes e absurdas".

Para o ministro Celso de Mello, a atuação do defensor foi "corretíssima e incensurável". "Hoje destaquei, na minha decisão monocrática, a atuação da Defensoria Pública e busquei, na verdade, afastar a forma grosseira com que o defensor público foi tratado por certo ministro militar", enfatizou o decano do STF.

O ministro Gilmar Mendes destacou a contribuição da Defensoria Pública na discussão de grandes temas nacionais. "Gostaria de fazer um registro de louvor à atuação cuidadosa e atenta da Defensoria Pública. Realmente, a Defensoria Pública tem dado mostras do valor dessa instituição, tanto nas Turmas quanto no Plenário do STF, trazendo para nossa apreciação as mais diversas e complexas questões. Muitos dos temas da nova agenda do processo e no Direito Penal têm sido trazidos pela Defensoria Pública, tanto dos estados quanto da União", afirmou.

Para o presidente da 2ª Turma do STF e vice-presidente da Corte, ministro Ayres Britto, "o Estado brasileiro está bem servido de um lado, com o Ministério Público, e, de outro, com a Defensoria Pública". *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

Processo 2008.38.00.033435-2

CONJUR

Juízes e integrantes do MP fazem manifestação no dia 21 14 SET 2011

Para o próximo dia 21 de setembro (quarta-feira) está marcado o "Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público", com manifestação em Brasília. No ato será divulgado um manifesto com as principais reivindicações e posicionamentos da magistratura e do Ministério Público. O manifesto será também entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao procurador-geral da República. Na lista reivindicações, que está disponível no [site](#) da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), vale destacar três aspectos: segurança, saúde e salário.

A concentração dos juízes e integrantes do MP será no clube da Amagis (Setor de Clube Sul, Trecho 2, cj 48) entre as 8h e 10h. De lá, seguirão para o Congresso Nacional, para um ato no Salão Negro. Em seguida, irão para a Praça dos Três Poderes, para concentração em frente ao STF e entrega do manifesto ao presidente do Supremo e ao PGR.

As entidades representativas dos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público reclamam da falta de política institucional que garanta a segurança dos agentes políticos dotados do dever-poder de promover e de realizar a justiça. Segundo o manifesto, "membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, constantemente, sofrem ameaças e são submetidos ao estresse de cumprir seu dever constitucional mediante o sacrifício de sua segurança própria e da sua família. Infeliz e lamentavelmente, a covarde execução de juízes, promotores e atentados outros sempre presentes na imprensa".

Outro ponto que não tem merecido o apropriado tratamento, de acordo com os manifestantes, é o sistema de saúde para juízes e representantes do MP. O documento cita recente pesquisa encomendada pela Anamatra que apresentou percentual maior de adoecimento em comparação ao conjunto da sociedade, sendo "extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíquicas na classe jurídica".

Também será lembrado durante a manifestação, a insatisfação com a política remuneratória: "É imprescindível a adoção de medidas e ações que sejam eficazes no processo de construção da política remuneratória que assegure não somente a dignidade dos subsídios dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas também que restaure a valorização das carreiras."

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, um dos promotores do evento, a manifestação se faz necessária quando se constata que "a magistratura está ameaçada em seus direitos e prerrogativas". Precisamos, disse ele, "de condições dignas de trabalho para entregar uma efetiva prestação jurisdicional à sociedade".



Diagnóstico traça perfil das unidades de controle interno dos tribunais

14 SET 2011

Apenas 40% das unidades de controle interno dos tribunais de Justiça estaduais realizam auditorias – ação que corresponde a uma das principais tarefas deste setor. A constatação é de especialistas que participaram do Encontro Nacional das Unidades de Controle Interno do Poder Judiciário, encerrado nesta terça-feira (13/09), em Brasília. O dado faz parte do diagnóstico apresentado pela secretária de Controle Interno, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gláucia Elaine de Paula.

O estudo demonstra a confusão entre as funções de controle interno dos tribunais com as atividades meramente administrativas e jurídicas – situação já apontada pelo CNJ. Atualmente, cerca de 30% dos tribunais atuam na elaboração do Plano Anual de Auditoria (ferramenta que planeja o que será feito; avalia normas e procedimentos administrativos e analisa a prestação de contas de adiantamentos e fundos rotativos).

Balancetes e processos - Já 20% dessas unidades dos tribunais acompanham atos de admissão e desligamento dos servidores, analisam balancetes contábeis e processos licitatórios, além de acompanhar atos de gestão administrativa e decisões dos tribunais de contas e do CNJ.

Para a secretária de Controle Interno do CNJ, Gláucia Elaine de Paula, enquanto os tribunais ocuparem seus controles internos com atividades administrativas não será possível avançar no aumento da eficiência, no uso do recurso público. “Existem tribunais em que o controle interno cuida de registros contábeis, o que seria função da contabilidade. Em outros, é feita a análise prévia da folha de pagamento. Tem até monitoramento de processos com carga para advogados há mais de 100 dias. Esses exemplos mostram o desvio de função”, afirmou.

A secretária explicou que, apesar de os tribunais cumprirem formalmente a Resolução 85, possuem dificuldades com capacitação, quantidade de servidores e estrutura para o funcionamento efetivo do controle interno. A partir deste cenário, o CNJ está definindo ações para ajudar os tribunais a se estruturarem. O primeiro passo foi a reunião destes representantes.

Servidores X Orçamento - Em 2009, o orçamento do Judiciário foi de, aproximadamente, R\$19,6 bilhões. Para controlar e apurar esse orçamento existiam em todo o país 266 profissionais trabalhando com controle interno. Deste total, 23% dos trabalhadores atuavam no Sudeste – região com o maior volume de recursos – e 35% estavam na região Nordeste – responsável por R\$3,3 bilhões em despesas com o Judiciário.

“Quando analisamos o número de profissionais que trabalham com controle interno e o volume de recursos geridos pelos tribunais fica evidente a falta de estrutura. Além de controlar a legalidade dos atos, o controle interno tem como missão avaliar os métodos mais eficientes para a gestão de recursos. Isso é possível se tivermos gente qualificada para detectar formas de otimizar os recursos durante auditorias, por exemplo”, avalia Gláucia Elaine de Paula.

Os dados foram apurados pela Secretaria de Controle Interno (SCI), em questionário para mapear a estrutura e o funcionamento dos núcleos de controle interno de 26 tribunais de justiça em 2010. Os tribunais responderam sobre o tempo de criação das unidades de controle interno, a estruturação deste serviço, a quantidade de servidores e as funções desempenhadas.

CNJ

Material didático da AMB sobre cidadania está à disposição dos tribunais

14 SET 2011



Por meio de parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), as cartilhas e a metodologia do programa “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola”, da AMB, poderão ser utilizadas pelos tribunais de todo país para divulgar as funções dos órgãos do Judiciário entre estudantes e professores. A parceria permite tanto a reprodução do material pelos tribunais como também a entrega de cartilhas impressas, caso a entidade tenha quantidade disponível dos exemplares a serem solicitados.

Para o juiz Antônio Carlos Alves Braga Junior, assessor da Presidência do CNJ, a iniciativa deve colaborar para que os tribunais cumpram a Meta 4 de 2011, que consiste em implantar, ao menos, um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Judiciário. “Nada melhor do que partirmos de uma metodologia bem sucedida aplicada na escola, um local para a formação de cidadãos, para ajudar os tribunais a cumprirem a meta 4. Temos que considerar ainda o poder multiplicador que as crianças têm entre suas famílias”, explicou.

O kit é composto por duas cartilhas ilustradas na forma de história em quadrinhos (uma sobre justiça e outra com o tema cidadania), um manual para orientar o professor e um hot site com atividades para crianças (quadrinhos, animações e jogos) e orientações ao magistério. Todo o material está disponível para download no portal da [AMB](#).

Segundo o diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura da AMB e coordenador do programa “Justiça se Aprende na Escola”, juiz Roberto Portugal Barcellar, acredita-se que a parceria vai ajudar no cumprimento da Meta 4. “O trabalho conjunto entre a AMB e o CNJ destinado às crianças e jovens do Brasil é semente em terra fértil que despertará cidadania e colherá civilidade, além de estimular a responsabilidade social do juiz e fazê-lo mais próximo da sociedade. Agora sim acho que ninguém mais segura a meta 4”, avaliou

Justiça e Cidadania - Com linguagem simples e didática, as cartilhas contam as historinhas do personagem Brasilzinho e de sua turma e oferecem atividades para reforçar o conteúdo de forma lúdica como palavras-cruzadas, caça-palavras e outros jogos.

O exemplar sobre cidadania aborda os direitos constitucionais, as eleições e a divisão entre os Poderes, bem como a importância da convivência e da participação social e a organização social e política, entre outros assuntos. Já na edição dedicada à Justiça, o estudante encontrará informações sobre a divisão do Judiciário e as respectivas atribuições, o trabalho dos magistrados, a relação entre a Justiça e a polícia, os meios de acessar o Judiciário, o papel do promotor, os direitos e deveres dos cidadãos,

Também foram produzidas seis vinhetas, em parceria com o projeto Amigos da Escola da Rede Globo de Televisão que ajudam a desmistificar a figura do juiz e traduzir para a população o funcionamento do Poder Judiciário e suas relações com o Executivo e Legislativo.

Resultados - Desenvolvido como um programa da AMB desde 1993, o “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola” já beneficiou 13 milhões de estudantes em 19 Estados. Todo o material e a metodologia desenvolvida pelo programa foram submetidos e tiveram o aval do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e do Ministério da Justiça.